

MILTON FRIEDMAN

CAPITALISMO E LIBERDADE



“O ECONOMISTA DO SÉCULO.”
— *FORTUNE*



MILTON FRIEDMAN

**CAPITALISMO
E
LIBERDADE**

COM APRESENTAÇÃO DE

Binyamin Appelbaum

Tradução de Ligia Filgueiras



A JANET E DAVID

E SEUS CONTEMPORÂNEOS

QUE DEVEM CARREGAR A TOCHA DA

LIBERDADE NA PRÓXIMA VOLTA

Capitalism and Freedom

Licenciado pela University of Chicago Press, Chicago, Illinois, EUA.

Copyright © 1962, 1982, 2002, 2020 by The University of Chicago.

Todos os direitos reservados.

TÍTULO ORIGINAL

Capitalism and Freedom

PREPARAÇÃO

Mariana Moura

REVISÃO TÉCNICA

João Henrique dos Santos

REVISÃO

Clarice Goulart

Rayssa Galvão

DESIGN DE CAPA

Linley A. Emard

DIAGRAMAÇÃO

Victor Gerhardt | CALLIOPE

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F946c

Friedman, Milton, 1912-2006.

Capitalismo e liberdade / Milton Friedman ; tradução Ligia Filgueiras. - 1. ed.

-Rio de Janeiro : Intrínseca, 2023.

320 p.

Tradução de: Capitalism and Freedom

ISBN 978-65-5560-392-7

1. Capitalismo. 2. Estado. 3. Liberdade. 4. Política econômica - Estados Unidos.
I. Filgueiras, Ligia. II. Título.

22-80823

CDD: 330.122

CDU: 338.1(73)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

[2023]

Todos os direitos desta edição reservados à

editora intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 6º andar

22451-041 - Gávea

Rio de Janeiro - RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrínseca.com.br

INTRODUÇÃO

Em uma passagem muito citada de seu discurso de posse, o presidente Kennedy disse: “Não pergunte o que seu país pode fazer por você; pergunte o que você pode fazer por seu país.” É um sinal marcante de nossos tempos que a controvérsia em torno dessa passagem esteja centrada na origem e não no conteúdo. Nenhuma das metades da declaração expressa uma relação entre cidadão e governo digna dos ideais de homens livres de uma sociedade livre. A declaração paternalista “o que seu país pode fazer por você” implica que o governo é o patrono, e o cidadão, o tutelado, uma visão em desacordo com a crença do homem livre responsável pelo próprio destino. O trecho organicista “o que você pode fazer pelo seu país” implica que o governo é o mestre ou a divindade, e o cidadão é o servo ou o devoto. Para o homem livre, o país é o conjunto de indivíduos que o compõem, não algo acima deles. Mesmo orgulhoso da herança coletiva e leal às tradições compartilhadas, o homem livre vê o governo como um meio, um instrumento, não como um outorgante de favores e presentes, tampouco como um mestre ou deus a ser venerado e servido cegamente. O homem livre

não reconhece nenhum objetivo nacional a não ser o consenso dos objetivos de cada cidadão individualmente. Não reconhece nenhum propósito nacional, exceto o consenso dos propósitos aos quais os cidadãos se dedicam individualmente.

O homem livre não pergunta o que seu país pode fazer por ele nem o que ele pode fazer por seu país. Pergunta, em vez disso: *o que eu e meus compatriotas podemos fazer por meio do governo* que nos ajude a nos desincumbir de nossas responsabilidades individuais, a alcançar nossos diversos objetivos e propósitos e, acima de tudo, a proteger nossa liberdade? E essa pergunta será acompanhada de outra: como evitar que o governo que criamos se torne um Frankenstein e destrua a própria liberdade cuja proteção motivou sua criação? A liberdade é uma planta rara e delicada. Nosso pensamento indica, e a história confirma, que a grande ameaça à liberdade é a concentração de poder. O governo é necessário para preservar nossa liberdade, é um instrumento por meio do qual podemos exercê-la; no entanto, concentrar poder nas mãos de políticos é também uma ameaça à liberdade. Ainda que os homens que exercem este poder possam ter boas intenções, e ainda que não sejam corrompidos pelo poder que exercem, o poder irá tanto atrair quanto formar homens de um naipe diferente.

Como podemos nos beneficiar do que se espera de um governo e ao mesmo tempo evitar a ameaça à liberdade? Dois princípios gerais contemplados pela nossa Constituição dão uma resposta que tem preservado nossa liberdade até hoje, embora na prática tenham sido violados diversas vezes, mesmo sendo proclamados como preceitos.

Primeiro, a esfera de atuação do governo deve ser limitada. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade tanto diante de inimigos do outro lado dos nossos portões quanto perante nossos concidadãos: preservar a lei e a ordem, assegurar o cumprimento de contratos, estimular mercados competitivos. Além dessa função primordial, o governo pode às vezes nos capacitar a realizar em conjunto o que seria mais difícil ou dispendioso individualmente. No entanto, esse uso do governo está repleto de perigos. Não devemos nem podemos evitar usar o governo dessa forma, mas, primeiro, deve haver uma ponderação clara e ampla das vantagens. Ao confiarmos primordialmente na cooperação voluntária e na iniciativa privada, tanto nas atividades econômicas quanto em outras atividades, podemos nos assegurar de que o setor privado seja um controle dos poderes do setor governamental e uma proteção efetiva da liberdade de expressão, de religião e de pensamento.

O segundo princípio geral é que o poder do governo deve ser disperso. Já que o governo deve exercer o poder, melhor que seja no condado do que no estado, melhor que seja no estado do que em Washington. Se eu não gosto do que minha comunidade faz, seja em relação ao tratamento de esgoto, ao zoneamento urbano ou às escolas, posso me mudar para outra comunidade, e, ainda que poucos possam tomar essa decisão, a mera possibilidade atua como controle. Se eu não gosto do que meu estado faz, posso me mudar para outro. Se eu não gosto do que Washington impõe, tenho poucas alternativas neste mundo de nações invejosas.

A própria dificuldade de evitar os decretos do governo federal é, naturalmente, a grande atração da centralização para muitos dos que a propõem. Acreditam que isso lhes

garantirá mais eficácia para legislar sobre programas — na visão deles — de interesse público, seja a transferência de renda dos ricos para os pobres, seja a partir de propósitos privados para fins governamentais. De certa forma, estão certos. Mas essa moeda tem dois lados. O poder de fazer o bem é também o poder de fazer o mal; aqueles que controlam o poder hoje podem não o controlar mais amanhã; e, mais importante, o que um homem considera bom, outro pode considerar mau. A grande tragédia do ímpeto para a centralização, assim como para a ampliação do alcance geral do governo, é que ele é, em sua maior parte, conduzido por homens de boas intenções que serão os primeiros a lamentar suas consequências.

A preservação da liberdade é um motivo protetor que justifica limitar e descentralizar o poder governamental. Mas há também uma razão construtiva. Os grandes avanços da civilização, seja em arquitetura ou pintura, em ciência ou literatura, na indústria ou agricultura, nunca vieram de um governo centralizado. Colombo não se dispôs a buscar uma nova rota para a China em resposta à decisão majoritária de um parlamento, embora tenha sido parcialmente financiado por um monarca absoluto. Newton e Leibnitz; Einstein e Bohr; Shakespeare, Milton e Pasternak; Whitney, McCormick, Edison e Ford; Jane Addams, Florence Nightingale e Albert Schweitzer: nenhum deles abriu novas fronteiras no conhecimento e na capacidade de compreensão humanos, na literatura, em possibilidades técnicas ou no alívio da miséria humana em resposta a diretrizes do governo. Suas realizações foram produto da genialidade individual, de pontos de vista minoritários fortemente defendidos, de um ambiente social que abriu espaço para a variedade e a diversidade.

O governo jamais pode repetir a variedade e a diversidade da ação individual. Em dado momento, ao impor padrões uniformes de moradia, nutrição ou vestimenta, o governo poderia, sem dúvida, melhorar o padrão de vida de muitas pessoas; ao impor padrões uniformes de ensino, construção de estradas ou saneamento, o governo central poderia, sem dúvida, melhorar o nível de desempenho em muitas localidades e talvez até mesmo a média de todas as comunidades. Mas, no processo, o governo acabará substituindo o progresso pela estagnação e estabelecerá a mediocridade uniforme em lugar da variedade, essencial para a experimentação que pode levar os retardatários de amanhã a estarem acima da média de hoje.

Este livro discute algumas dessas questões fundamentais. Seu tema principal é o papel do capitalismo competitivo — a organização da atividade econômica pela iniciativa privada operando em livre mercado — como um sistema de liberdade econômica e uma condição necessária para a liberdade política. O tema secundário é o papel que o governo deve desempenhar em uma sociedade voltada para a liberdade e que depende primordialmente do mercado para organizar a atividade econômica.

Os dois primeiros capítulos tratam dessas questões de modo abstrato, em termos de princípios e não da aplicação prática. Os capítulos subsequentes aplicam tais princípios a uma variedade de problemas particulares.

Uma declaração abstrata pode até ser completa e exaustiva, embora este ideal nem de longe tenha sido alcançado nos próximos dois capítulos. A aplicação dos princípios não pode sequer ser exaustiva. A cada dia surgem novos problemas e novas circunstâncias. É por isso que o papel do Estado nunca pode ser estabelecido definitivamente em

termos de funções específicas. É por essa razão também que precisamos, de tempos em tempos, reexaminar o significado do que esperamos que sejam princípios inalteráveis para os problemas do momento. Como consequência inevitável, ocorrem uma reavaliação dos princípios e um aprimoramento da compreensão que temos deles.

É bastante conveniente que haja um rótulo para a visão política e econômica elaborada neste livro. O rótulo correto e adequado é liberalismo. Infelizmente, “Como um elogio supremo, se não intencional, os inimigos do sistema da iniciativa privada acharam por bem se apropriar de seu rótulo”,¹ de modo que o liberalismo, nos Estados Unidos, tem um significado diferente do que tinha no século XIX ou que tem hoje na maior parte do continente europeu.

À medida que se desenvolvia no fim do século XVIII e no início do século XIX, o recente movimento intelectual que se autodenominava liberalismo enfatizava a liberdade como objetivo final e o indivíduo como a entidade mais importante da sociedade. Apoiava o *laissez-faire* interno como meio de reduzir o papel do Estado em assuntos econômicos e, por consequência, ampliar o papel do indivíduo; apoiava o livre comércio exterior como um meio de estabelecer uma relação pacífica e democrática entre os povos. Em termos políticos, apoiava o desenvolvimento do governo representativo e de instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos.

Desde o fim do século XIX, e em especial depois de 1930 nos Estados Unidos, o termo *liberalismo* acabou ganhando uma conotação muito diferente, sobretudo quanto à política

1 SCHUMPETER, Joseph. *History of Economic Analysis* [História da análise econômica]. Nova York: Oxford University Press, 1954. p. 394.

econômica. Passou a ser associado a uma disposição à dependência principalmente do Estado, mais do que de acordos voluntários privados, em busca de objetivos considerados desejáveis. As palavras-chave passaram a ser bem-estar e igualdade, em vez de liberdade. O liberal do século XIX considerava que a ampliação da liberdade era o modo mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX considera que o bem-estar e a igualdade são pré-requisitos ou alternativas para a liberdade. Em nome do bem-estar e da igualdade, o liberal do século XX acabou apoiando o renascimento das mesmas políticas de intervenção estatal e paternalismo contra as quais o liberalismo clássico lutava. No próprio ato de voltar o relógio para o mercantilismo setecentista, ele acaba acusando os verdadeiros liberais de reacionários!

A mudança do significado associado ao termo *liberalismo* é mais expressiva em questões econômicas do que políticas. O liberal do século XX, assim como o do século XIX, é a favor das instituições parlamentares, do governo representativo, dos direitos civis etc. Entretanto, mesmo em questões políticas há uma diferença notável. Zeloso da liberdade e, portanto, temeroso do poder centralizado, seja nas mãos do governo, seja em mãos privadas, o liberal do século XIX era a favor da descentralização política. Voltado para a ação e confiante na beneficência do poder, desde que nas mãos de um governo ostensivamente controlado pelo eleitorado, o liberal do século XX é a favor do governo centralizado. Se houver dúvida sobre onde deve estar o poder, preferirá sempre o estado em vez da cidade, o governo federal em vez do estado, e uma organização mundial em vez do governo nacional.

Em virtude da corrupção do termo *liberalismo*, os pontos de vista que antes se identificavam sob esse nome hoje costumam ser rotulados de conservadores. Mas essa alternativa não é satisfatória. O liberal do século XIX era um radical, tanto no sentido etimológico de ir à raiz da questão quanto no sentido político de apoiar grandes mudanças nas instituições sociais. Assim também tem de ser seu herdeiro moderno. Não queremos conservar as intervenções estatais que tanto interferiram em nossa liberdade, apesar de, por óbvio, desejarmos conservar aquelas que a promoveram. Além do mais, na prática, o termo *conservadorismo* acabou englobando uma gama tão variada de visões tão incompatíveis umas com as outras que, sem dúvida, veremos crescer o número de designações hifenizadas, tais como conservador-libertário e conservador-aristocrático.

Em parte por causa da minha relutância em ceder o termo a proponentes de medidas que destruiriam a liberdade, em parte porque não consigo encontrar uma alternativa melhor, solucionarei essas dificuldades usando a palavra *liberalismo* em seu sentido original — como as doutrinas próprias de um homem livre.

CAPÍTULO 1

A RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE ECONÔMICA E LIBERDADE POLÍTICA

Há uma convicção generalizada de que a política e a economia são questões distintas e têm pouca relação entre si; de que a liberdade individual é um problema político, e o bem-estar material, um problema econômico; e de que qualquer tipo de organização política pode ser combinado com qualquer tipo de organização econômica. A principal manifestação contemporânea dessa ideia é a defesa do “socialismo democrático” por muitos que condenam as restrições à liberdade individual impostas pelo “socialismo totalitário” na Rússia, mas estão convencidos de que é possível um país adotar as características essenciais da organização econômica russa e, ainda assim, assegurar a liberdade individual por meio de uma organização política. A tese deste capítulo é a de que essa visão é ilusória, pois há uma relação íntima entre economia e política, e só algumas combinações de organizações políticas

e econômicas são de fato possíveis. Em particular, uma sociedade socialista não pode ser também democrática, no sentido de garantidora da liberdade individual.

A organização econômica tem um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. Por um lado, a liberdade na organização econômica é, em si, um componente amplamente conhecido da liberdade, de forma que a liberdade econômica é um fim em si mesma. Além disso, a liberdade econômica também é um meio indispensável para a conquista da liberdade política.

O primeiro desses papéis da liberdade econômica requer uma ênfase especial porque os intelectuais, entre outros, têm a forte tendência de não reconhecerem a importância desse aspecto da liberdade. Eles tendem a desprezar o que consideram aspectos materiais da vida, como se sua busca por valores supostamente mais elevados fosse de um plano de significado distinto e merecesse atenção especial. Se não para os intelectuais, para a maioria dos cidadãos do país, no entanto, a importância direta da liberdade econômica é, no mínimo, comparável em significado à importância indireta da liberdade econômica como um meio para a liberdade política.

Um cidadão do Reino Unido que, depois da Segunda Guerra Mundial, não tinha permissão de passar férias nos Estados Unidos por causa do controle cambial estava sendo privado de uma liberdade essencial tanto quanto o cidadão dos Estados Unidos a quem era negada a oportunidade de passar férias na Rússia por sua visão política. O primeiro caso era uma restrição econômica explícita sobre a liberdade, o outro, uma restrição política; ainda assim, não há nenhuma diferença essencial entre os dois.

Um cidadão dos Estados Unidos que é obrigado por lei a destinar cerca de 10% da renda para adquirir uma espécie de contrato de aposentadoria administrado pelo governo está sendo privado de uma parte correspondente de sua liberdade pessoal. O impacto dessa privação e sua semelhança com a privação da liberdade religiosa, que todos consideram “civil” ou “política”, e não “econômica”, foram dramatizados em um episódio envolvendo um grupo de fazendeiros da seita Amish. Por uma questão de princípios, esse grupo considerava os programas federais obrigatórios para a terceira idade uma violação de sua liberdade individual e se recusava a pagar impostos e aceitar benefícios. Como resultado, seus integrantes tiveram de leiloar alguns de seus animais de criação para cobrir as contribuições previdenciárias obrigatórias. É verdade que são poucos os cidadãos que consideram a previdência social obrigatória para os mais velhos uma privação da liberdade, mas isso pouco importa para quem acredita na liberdade.

Um cidadão dos Estados Unidos que, de acordo com as leis de vários estados, não tem liberdade para seguir a profissão de sua escolha pessoal, a menos que obtenha uma licença, também está sendo privado de parte essencial de sua liberdade. O mesmo acontece com o homem que gostaria de trocar alguns de seus bens pelo relógio de um suíço, por exemplo, mas é impedido a não ser que pague uma cota. É o caso também do cidadão da Califórnia que foi jogado na cadeia por vender Alka Seltzer a um preço abaixo do estabelecido pelo fabricante, com base nas ditas leis de “comércio justo”. O mesmo acontece com o fazendeiro que não consegue plantar a quantidade de trigo que deseja. E assim por diante. Claramente, a liberdade econômica, por si só, é parte extremamente importante da liberdade total.

Vista como um meio para obter a liberdade política, a organização econômica é importante pelo efeito que causa sobre a concentração ou dispersão de poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, ou seja, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político, o que permite que um controle o outro.

As evidências históricas são unânimes sobre a relação entre liberdade política e livre mercado. Não conheço exemplo, em época ou lugar algum, de uma sociedade que tenha se caracterizado por um grande grau de liberdade política e não contasse com algo comparável a um livre mercado para organizar quase toda a atividade econômica.

Por vivermos em uma sociedade majoritariamente livre, tendemos a esquecer como são restritos o intervalo de tempo e a parte do globo em que sempre existiu algo parecido com a liberdade política: o estado típico da humanidade é tirania, servidão e miséria. O século XIX e o início do século XX no mundo ocidental se destacam como exceções marcantes à tendência geral do desenvolvimento histórico. A liberdade política, nesse caso, veio claramente junto com o livre mercado e o desenvolvimento de instituições capitalistas. O mesmo aconteceu com a liberdade política na era de ouro da Grécia e nos primeiros tempos da era romana.

A história só traz indícios de que o capitalismo é uma condição necessária para a liberdade política. É óbvio que não é uma condição suficiente. A Itália e a Espanha fascistas, a Alemanha em vários momentos dos últimos setenta anos, o Japão antes da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, a Rússia czarista nas décadas anteriores à

Primeira Guerra Mundial — são todas sociedades que não podem ser descritas como politicamente livres. Ainda assim, em cada uma delas, a empresa privada era a forma dominante de organização econômica. Portanto, é possível haver sistemas econômicos que sejam fundamentalmente capitalistas e sistemas políticos que não sejam livres.

Mesmo nessas sociedades, os cidadãos tinham muito mais liberdade do que em um Estado totalitário moderno como a Rússia ou a Alemanha nazista, onde o totalitarismo econômico é combinado com o totalitarismo político. Mesmo na Rússia sob os Czares, alguns cidadãos, em algumas circunstâncias, tinham a possibilidade de mudar de emprego sem permissão política porque o capitalismo e a existência da propriedade privada exerciam algum controle sobre o poder centralizado do Estado.

A relação entre liberdade política e liberdade econômica é complexa e nem um pouco unilateral. No início do século XIX, Bentham e os filósofos radicais estavam inclinados a considerar que a liberdade política era um meio para alcançar a liberdade econômica. Acreditavam que as massas estavam sendo prejudicadas pelas restrições impostas e que, se a reforma política concedesse o direito de voto à maior parte do povo, este faria o que seria bom para si, isto é, votar pelo *laissez-faire*. Em retrospecto, não se pode dizer que estavam errados. Houve uma grande reforma política, seguida de uma reforma econômica baseada em uma boa dose de *laissez-faire*. Houve um enorme aumento no bem-estar das massas resultante dessa mudança nos sistemas econômicos.

Ao triunfo do liberalismo de Bentham na Inglaterra do século XIX, seguiu-se uma reação no sentido do aumento da intervenção do governo em assuntos econômicos. Essa

tendência ao coletivismo foi muito acelerada pelas duas Guerras Mundiais, tanto na Inglaterra como em outros lugares. No lugar da liberdade, foi o assistencialismo que dominou os países democráticos. Reconhecendo a ameaça implícita ao individualismo, os descendentes intelectuais dos filósofos radicais — Dicey, Mises, Hayek e Simons, para mencionar apenas alguns — temiam que um movimento contínuo em direção ao controle centralizado da atividade econômica fosse comprovar *O caminho da servidão*, como Hayek intitulou sua profunda análise do processo. A ênfase desses intelectuais estava na liberdade econômica como um meio para a liberdade política.

Os acontecimentos desde o fim da Segunda Guerra Mundial mostram ainda uma diferente relação entre liberdade econômica e liberdade política. O planejamento econômico coletivista interferiu, de fato, na liberdade individual. No entanto, ao menos em alguns países, o resultado não foi a supressão da liberdade, mas a reversão da política econômica. A Inglaterra, de novo, oferece o exemplo mais notável. O ponto de inflexão talvez tenha sido a ordem de “controle de contratos”, que o Partido Trabalhista, embora tivesse grandes receios, achou necessário impor para a execução de sua política econômica. Se aplicada e implementada integralmente, a lei envolveria a alocação centralizada de indivíduos a seus empregos. Isso gerou um conflito tão acentuado com a liberdade pessoal que a lei foi aplicada em um número insignificante de casos e acabou revogada depois de um curto período de vigência. Essa revogação marcou o início de uma mudança decisiva na política econômica, caracterizada por uma dependência menor de “planos” e “programas” centralizados, pelo desmantelamento de muitos controles e pela ênfase no

mercado privado. Essas mudanças de políticas ocorreram na maioria dos países democráticos.

A explicação mais próxima para essas mudanças na política é o sucesso limitado do planejamento central ou seu completo fracasso em alcançar objetivos declarados. No entanto, esse fracasso deve ser atribuído, ao menos em certa medida, às implicações políticas do planejamento central e à relutância em seguir sua lógica, uma vez que, para tanto, é necessário atropelar cruelmente direitos privados preciosos. Pode até ser que a mudança seja apenas uma interrupção temporária da tendência coletivista deste século. Mesmo assim, ilustra a relação estreita entre liberdade política e sistemas econômicos.

Sozinhas, as evidências históricas nunca serão convincentes. Talvez tenha sido mera coincidência que a expansão da liberdade tenha ocorrido ao mesmo tempo que o desenvolvimento das instituições capitalistas e de mercado. Por que deveria haver uma conexão? Quais são as correlações lógicas entre a liberdade econômica e a política? Ao discutirmos essas questões, devemos considerar, primeiro, o mercado como um componente direto da liberdade e, então, a relação indireta entre sistemas de mercado e liberdade política. Um subproduto será um esboço dos sistemas econômicos ideais para uma sociedade livre.

Como liberais, consideramos a liberdade do indivíduo, ou talvez a da família, nosso objetivo final quando avaliamos sistemas sociais. Nesse sentido, a liberdade como um valor tem a ver com as inter-relações entre as pessoas, e não teria nenhum significado para Robinson Crusoe em uma ilha isolada (sem seu Sexta-Feira). Esse personagem está sujeito a “restrições”, tem um “poder” limitado e apenas um número restrito de alternativas, mas não há um

problema de liberdade no sentido que é relevante para nossa discussão. Da mesma forma, em uma sociedade a liberdade não tem nada a dizer sobre o que um indivíduo faz com sua liberdade; não é uma ética abrangente. Na verdade, um dos principais objetivos do liberal é deixar o problema ético para que o indivíduo o enfrente. Os problemas éticos “realmente” importantes são aqueles que se apresentam a um indivíduo em uma sociedade livre: o que fazer com sua liberdade. Há, portanto, dois conjuntos de valores que um liberal enfatizará: os valores relevantes para as relações entre as pessoas, que é o contexto em que ele atribui prioridade à liberdade; e os valores relevantes para o indivíduo no exercício de sua liberdade, que é o campo da ética individual e da filosofia.

O liberal concebe os homens como seres imperfeitos. Considera que o problema da organização social é negativo, e é uma questão de evitar que pessoas “más” causem danos, e não de permitir que pessoas “boas” façam o bem; é claro, as pessoas “más” e as pessoas “boas” podem ser as mesmas, dependendo de quem as está julgando.

O problema básico da organização social é como coordenar as atividades econômicas de um grande número de pessoas. Mesmo em sociedades relativamente atrasadas, são necessárias uma divisão ampla de trabalho e uma especialização das funções para que seja feito um uso eficaz dos recursos disponíveis. Em sociedades avançadas, é muito maior a escala de coordenação necessária para o proveito máximo das oportunidades proporcionadas pela ciência e pela tecnologia. Há literalmente milhões de pessoas envolvidas no fornecimento do pão de cada dia umas às outras, sem falar dos carros do ano. O desafio para quem acredita na liberdade é conciliar essa enorme interdependência com a liberdade individual.

Fundamentalmente, só há duas maneiras de coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas. Uma delas é a direção centralizada envolvendo o uso da coerção: a técnica do exército e do Estado totalitário moderno. A outra é a cooperação voluntária entre indivíduos: a técnica do mercado.

A possibilidade de coordenação por meio de cooperação voluntária baseia-se na proposição elementar — embora frequentemente negada — de que ambas as partes de uma transação econômica se beneficiam dela, *desde que a transação seja bilateralmente voluntária e informada*.

O intercâmbio pode, portanto, gerar coordenação sem coerção. O modelo de trabalho de uma sociedade organizada por meio da cooperação voluntária é *economia de livre mercado da iniciativa privada* — que costumamos chamar de capitalismo competitivo.

Em sua forma mais simples, tal sociedade consiste em uma série de famílias independentes — um grupo de Robinson Crusóes, por assim dizer. Cada família usa os recursos que controla para produzir bens e serviços em troca de bens e serviços produzidos por outras famílias, em termos mutuamente aceitáveis para as duas partes do acordo. A família é, portanto, capaz de satisfazer seus desejos indiretamente, produzindo bens e serviços para outras pessoas, em vez de diretamente, produzindo bens para seu próprio uso imediato. O incentivo para adotar essa via indireta é, naturalmente, o aumento da produção, possibilitado pela divisão do trabalho e pela especialização de funções. A família sempre tem a alternativa de produzir diretamente para si, então não precisa entrar em qualquer troca, a menos que colha benefícios. Portanto, não haverá nenhuma transação a menos que ambas as partes se beneficiem. Assim se realiza a cooperação sem coerção.

A especialização de função e a divisão do trabalho não iriam longe se a unidade produtiva final fosse a família. Em uma sociedade moderna, fomos muito mais longe. Introduzimos empresas que agem como intermediárias entre indivíduos que atuam como prestadores de serviços e como compradores de bens. Da mesma forma, a especialização de função e a divisão do trabalho não poderiam avançar se contássemos apenas com o escambo de um produto por outro. Como consequência, o dinheiro foi introduzido como um meio de facilitar a troca e permitir a separação dos atos de compra e venda.

Apesar do papel importante das empresas e da moeda na economia atual, mesmo considerando os numerosos e complexos problemas que suscitam, a característica central da técnica de mercado para obter a coordenação já é amplamente demonstrada na simples economia de troca que não faz uso de empresas nem de moeda. Assim como ocorre no modelo simples, também na economia empresarial e de troca de moeda complexa, a cooperação é estritamente individual e voluntária, *desde que*: (a) as empresas sejam privadas, de modo que as partes contratantes finais sejam indivíduos e (b) os indivíduos sejam efetivamente livres para realizar ou não qualquer troca em particular, de modo que toda transação seja estritamente voluntária.

É muito mais fácil estabelecer essas ressalvas em termos gerais do que explicá-las em detalhes, ou especificar com precisão os dispositivos institucionais mais propícios à sua manutenção. De fato, grande parte da literatura econômica técnica trata exatamente dessas questões. O requisito básico é a manutenção da lei e da ordem para evitar a coerção física de um indivíduo por outro e para fazer cumprir os contratos celebrados voluntariamente, dando

assim substância ao “privado”. Afora isso, talvez os problemas mais difíceis surjam do monopólio — que inibe a liberdade efetiva ao negar aos indivíduos alternativas para uma troca em particular — e dos “efeitos de vizinhança” — efeitos sobre terceiros pelos quais não é viável haver cobranças ou recompensas. Esses problemas serão discutidos com mais detalhes no próximo capítulo.

Desde que seja mantida uma liberdade de troca eficaz, a característica principal da organização da atividade econômica pelo mercado é evitar a interferência de uma pessoa em relação à maioria das atividades de outra. O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores dispostos a negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor por haver outros consumidores a quem vender. O empregado é protegido da coerção do empregador por poder trabalhar para outros empregadores, e assim por diante. E o mercado faz isso com impessoalidade e sem autoridade centralizada.

De fato, uma das principais objeções a uma economia livre é precisamente o fato de ela fazer essa tarefa tão bem: dar às pessoas o que querem, em vez do que determinado grupo pensa que deveriam querer. Subjacente à maioria dos argumentos contra o livre mercado está a falta de confiança na própria liberdade.

A existência de um livre mercado não elimina, é claro, a necessidade de haver governo. Pelo contrário, o governo é essencial tanto como fórum para determinar as “regras do jogo” quanto como árbitro para interpretar e fazer cumprir as regras aprovadas. O que o mercado faz é reduzir bastante a gama de problemas que devem ser decididos por meios políticos e, assim, minimizar o escopo do governo,

isto é, até onde ele precisa participar diretamente do jogo. A ação por meio de canais políticos se caracteriza pela tendência a exigir ou impor uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, por outro lado, está em permitir diversidade ampla. É, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. Cada homem pode votar, digamos, na cor da gravata que quiser e então usá-la; ele não precisa ver que cor a maioria quer e então, se estiver em minoria, se submeter.

É a essa característica que nos referimos quando dizemos que o mercado proporciona liberdade econômica. Mas essa característica também tem implicações que vão muito além do estreito aspecto econômico. A liberdade política significa a ausência de coerção de um homem por seus semelhantes. A ameaça fundamental à liberdade é o poder de coerção, seja pelas mãos de um monarca, de um ditador, de uma oligarquia ou de uma maioria momentânea. A preservação da liberdade requer, ao máximo possível, a eliminação de concentração de poder e a dispersão e distribuição de qualquer poder que não possa ser eliminado — um sistema de freios e contrapesos. Ao retirar a organização da atividade econômica do controle da autoridade política, o mercado elimina essa fonte de poder coercitivo. Permite que o vigor econômico seja mais um freio para o poder político do que um reforço.

O poder econômico pode ser amplamente disperso. Não há lei de conservação que force o crescimento de novos centros de vigor econômico às custas dos centros existentes. O poder político, por outro lado, é mais difícil de ser descentralizado. Pode haver vários pequenos governos independentes. Mas é muito mais difícil manter numerosos pequenos centros equipotentes de poder político em

um único grande governo do que ter numerosos centros de força econômica em uma única grande economia. Pode haver muitos milionários em uma grande economia. Mas pode haver mais de um líder realmente notável, uma pessoa na qual se concentram as energias e o entusiasmo de seus compatriotas? Se o poder do governo central aumenta, é provável que seja às custas dos governos locais. Parece haver uma espécie de total fixo de poder político a ser distribuído. Conseqüentemente, se o poder econômico se une ao poder político, a concentração parece quase inevitável. Por outro lado, se o poder econômico é mantido em paralelo ao poder político, pode servir como freio e contrapeso ao poder político.

A força desse argumento abstrato talvez possa ser mais bem demonstrada por meio de um exemplo. Vamos considerar, primeiro, um exemplo hipotético que pode ajudar a pôr em destaque os princípios envolvidos e, em seguida, alguns exemplos reais de experiências recentes que ilustram a forma como o mercado funciona para preservar a liberdade política.

Uma característica de uma sociedade livre é certamente a liberdade dos indivíduos de defender e propagandear abertamente uma mudança radical na estrutura da sociedade — desde que a defesa se restrinja à persuasão e não inclua a força nem outras formas de coerção. É um traço marcante da liberdade política de uma sociedade capitalista que os homens possam advogar e trabalhar abertamente pelo socialismo. Do mesmo modo, em uma sociedade socialista, para que houvesse liberdade política seria preciso que os homens fossem livres para defender a introdução do capitalismo. Como a liberdade de defender o capitalismo poderia ser preservada e protegida em uma sociedade socialista?

Para que os homens possam advogar por qualquer coisa, eles precisam primeiro ser capazes de se sustentar financeiramente. Isso já levanta um problema em uma sociedade socialista, uma vez que todos os empregos estão sob o controle direto das autoridades políticas. Para que um governo socialista permitisse que seus funcionários defendessem políticas diretamente contrárias à doutrina oficial, seria necessário um ato de abnegação — cuja dificuldade é evidenciada pela experiência nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial com a questão da “segurança” entre funcionários públicos federais.

Mas vamos supor que esse ato de abnegação aconteça. Para que a defesa do capitalismo tenha algum significado, os proponentes devem ser capazes de financiar sua causa — realizar reuniões públicas, publicar panfletos, comprar tempo de rádio, publicar jornais e revistas etc. Como poderiam levantar recursos para isso? Teria de haver, e provavelmente haveria, homens na sociedade socialista com renda alta, talvez até grandes somas de capital na forma de títulos do governo e similares, mas esses homens seriam necessariamente funcionários públicos de alto escalão. É possível conceber um funcionário socialista de menor nível que mantém seu trabalho e ao mesmo tempo defende abertamente o capitalismo. Mas é preciso muita ingenuidade para imaginar o alto escalão socialista financiando tais atividades “subversivas”.

O único recurso para a obtenção de fundos seria levantar pequenas quantias de um grande número de funcionários de menor nível. Mas essa não é uma resposta real. Para se obterem tais recursos, muitas pessoas já teriam de estar persuadidas, e nosso problema é justamente como iniciar e financiar uma campanha para isso. Movimentos

radicais em sociedades capitalistas nunca foram financiados dessa forma. Em geral, tiveram o apoio de alguns indivíduos ricos que foram persuadidos — de um Frederick Vanderbilt Field, ou uma Anita McCormick Blaine, ou uma Corliss Lamont, só para citar alguns nomes de destaque recente, ou um Friedrich Engels, retrocedendo um pouco no tempo. Este é um dos papéis da desigualdade de riqueza na preservação da liberdade política que raramente é notado: o papel do patrono.

Em uma sociedade capitalista, é necessário convencer apenas algumas pessoas ricas para obter recursos para lançar qualquer ideia, por mais estranha que seja, e há muitas dessas pessoas, muitos focos independentes de apoio. Na realidade, não é necessário nem persuadir as pessoas nem as instituições financeiras com recursos disponíveis quanto à solidez das ideias a serem propagadas. Só é necessário persuadi-las de que a propagação pode ser um sucesso financeiro; que o jornal ou a revista ou o livro ou outro empreendimento será lucrativo. Um editor competitivo, por exemplo, não pode se dar ao luxo de publicar apenas textos com os quais concorda pessoalmente; a publicação deve se basear na probabilidade de que o mercado seja suficientemente grande para gerar um retorno satisfatório ao seu investimento.

Desse modo, o mercado rompe o círculo vicioso e torna possível, em última análise, financiar tais empreendimentos por meio de pequenas quantias de muitas pessoas sem ter de persuadi-las primeiro. Não há tal possibilidade na sociedade socialista; existe apenas o Estado todo-poderoso.

Vamos dar asas à imaginação e supor que um governo socialista esteja ciente desse problema e seja composto

por pessoas ansiosas por preservar a liberdade. Ele poderia fornecer os recursos? Talvez, mas é difícil imaginar como. Poderia haver uma agência para subsidiar a propaganda subversiva. Mas como escolher quem apoiar? Se a entidade apoiasse a todos os que pedissem, logo ficaria sem recursos, pois o socialismo não pode revogar a lei econômica elementar de que um preço suficientemente elevado atrairá uma grande oferta. Quando a defesa de causas radicais se torna suficientemente remunerativa, a oferta de defensores é ilimitada.

Além disso, a liberdade de defender causas impopulares não exige que essa defesa seja gratuita. Pelo contrário, nenhuma sociedade poderia ser estável se a defesa de uma mudança radical fosse gratuita, muito menos subsidiada. É inteiramente apropriado que os homens façam sacrifícios para defender causas nas quais acreditam profundamente. Na verdade, a preservação da liberdade é importante apenas para pessoas dispostas a praticar a abnegação; caso contrário, a liberdade se degenerará, desenfreada e irresponsável. O essencial é que o custo de defender causas impopulares seja tolerável, não proibitivo.

Mas ainda não terminamos. Em uma sociedade de economia de mercado, basta haver os recursos. Os fornecedores de papel estão dispostos a vendê-lo tanto ao *Daily Worker* como ao *Wall Street Journal*. Em uma sociedade socialista, não bastaria ter os recursos. Um partidário do capitalismo hipotético teria que persuadir uma fábrica do governo a vender a ele, a gráfica do governo a imprimir seus panfletos, os correios do governo a distribuí-los ao povo, uma agência governamental a alugar-lhe um salão para palestras etc.

Talvez haja algum modo de superar essas dificuldades e preservar a liberdade em uma sociedade socialista. Não se pode dizer que seja totalmente impossível. O que está claro, no entanto, é que existem dificuldades muito reais em estabelecer instituições que de fato preservarão a possibilidade de discordância. Que eu saiba, nenhuma das pessoas a favor do socialismo e também a favor da liberdade encarou de fato essa questão, ou até mesmo deu um início efetivo ao desenvolvimento dos dispositivos institucionais que permitiriam a liberdade sob o socialismo. Por outro lado, é evidente como a sociedade capitalista de livre mercado promove a liberdade.

Um exemplo prático notável desses princípios abstratos é a experiência de Winston Churchill. De 1933 até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, Churchill não tinha permissão para falar na rádio britânica, que era, obviamente, um monopólio do governo administrado pela British Broadcasting Corporation (BBC). Lá estava um cidadão importante de seu país, um membro do Parlamento, um ex-ministro de gabinete, um homem que tentava desesperadamente por todos os meios possíveis persuadir seus conterrâneos a tomar medidas para afastar a ameaça da Alemanha de Hitler. Ele não tinha permissão para falar ao povo britânico pelo rádio porque a BBC era um monopólio do governo e Churchill tinha uma posição muito “controversa”.

Outro exemplo notável, relatado na edição de 26 de janeiro de 1959 da *Time*, tem a ver com o “Blacklist Fadeout” [Ocaso da lista negra]. Diz o artigo da *Time*:

O ritual de premiação do Oscar é o maior lance de Hollywood em defesa da dignidade, mas há dois anos a dignidade sofreu um baque. Quando um tal de Robert

Rich foi anunciado como melhor roteirista por *Arenas sangrentas*, ele não apareceu no palco. Robert Rich era um pseudônimo para encobrir o nome de um dos quase 150 roteiristas incluídos na lista negra da indústria cinematográfica desde 1947 como suspeitos de serem comunistas ou simpatizantes do comunismo. O caso foi particularmente constrangedor porque a Academia de Cinema havia barrado da competição todos os comunistas ou quem invocasse a Quinta Emenda. Na semana passada, tanto a norma sobre comunistas quanto o mistério da identidade de Rich foram subitamente reescritos.

Rich na verdade era Dalton Trumbo (autor de *Johnny vai à guerra*), um dos “Dez de Hollywood”, roteiristas que se recusaram a depor nas audiências de 1947 sobre o comunismo na indústria cinematográfica. Disse o produtor Frank King, que insistiu com veemência que Robert Rich era “um jovem barbudo na Espanha”: “Temos uma obrigação para com nossos acionistas de comprar o melhor roteiro que pudermos. Trumbo nos trouxe *Arenas sangrentas*, e nós o compramos.”

De fato, isso formalizou o fim da lista negra de Hollywood. Para os escritores barrados, o fim informal já tinha ocorrido havia muito tempo. Pelo menos 15% dos filmes atuais de Hollywood foram supostamente escritos por membros da lista. Segundo o produtor King: “Existem mais fantasmas em Hollywood do que em Forest Lawn. Todas as empresas da cidade usaram o trabalho das pessoas da lista. Somos apenas os primeiros a confirmar o que todos já sabem.”

Podemos acreditar, como eu acredito, que o comunismo destruiria todas as nossas liberdades, podemos nos

opor com a maior firmeza e vigor possíveis e ainda assim acreditar que, em uma sociedade livre, é intolerável que um homem seja impedido de fazer acordos voluntários com outras pessoas, acordos mutuamente atraentes, porque acredita no comunismo ou está tentando promovê-lo. Sua liberdade inclui a liberdade de promover o comunismo. A liberdade também inclui, é claro, a liberdade dos outros de não negociar com ele nessas circunstâncias. A lista negra de Hollywood foi um ato nada livre que destrói a liberdade porque foi um acordo conspiratório que usou meios coercitivos para evitar intercâmbios voluntários. E não funcionou precisamente porque o mercado encareceu demais a lista. A ênfase comercial, o fato de que as pessoas que administram empresas são incentivadas a ganhar o máximo possível de dinheiro, acabou protegendo a liberdade dos incluídos na lista, proporcionando-lhes uma forma alternativa de emprego e incentivando as pessoas a empregá-los.

Se Hollywood e a indústria cinematográfica fossem empresas do governo ou se, na Inglaterra, tivesse sido uma questão de a British Broadcasting Corporation empregar alguém, é difícil acreditar que os “Dez de Hollywood” ou seu equivalente encontrariam vagas. Da mesma forma, é difícil acreditar que, nessas circunstâncias, grandes defensores do individualismo e da iniciativa privada — ou mesmo grandes defensores de qualquer ponto de vista diferente do *status quo* — teriam sido capazes de conseguir emprego.

Outro exemplo do papel do mercado na preservação da liberdade política foi revelado em nossa experiência com o macarthismo. Totalmente à parte das questões substantivas e do mérito das acusações, que proteção tinham os indivíduos e, em particular, os funcionários do governo contra

acusações e investigações irresponsáveis sobre questões cuja revelação iria contra suas consciências? Seu apelo à Quinta Emenda teria sido um esforço vão sem uma alternativa a trabalhar no governo.

Sua proteção fundamental era a existência de uma economia de mercado privado por meio da qual poderiam obter o sustento. Nesse caso, mais uma vez, a proteção não era absoluta. Muitos potenciais empregadores privados eram, com ou sem razão, avessos a contratar quem estava no pelourinho. É bem possível que houvesse muito menos justificativas para os custos impostos a muitas das pessoas envolvidas do que para os custos que costumam ser impostos a pessoas que defendem causas impopulares. Mas o ponto importante é que os custos eram limitados, não proibitivos, como teriam sido se a única possibilidade fosse um emprego no governo.

É interessante notar que uma parte desproporcionalmente grande das pessoas envolvidas aparentemente foi para os setores mais competitivos da economia — pequenas empresas, comércio, agricultura —, onde o mercado é o mais próximo do livre mercado ideal. Ninguém que vai comprar pão sabe se o trigo com o qual o alimento foi fabricado foi cultivado por um comunista ou um republicano, por um constitucionalista ou um fascista, ou, no caso em questão, por um negro ou um branco. Isso ilustra como um mercado impessoal separa as atividades econômicas dos pontos de vista políticos e protege os homens de serem discriminados em suas atividades econômicas por motivos não relacionados à sua produtividade — sejam essas razões associadas às suas opiniões ou à sua cor.

Como esse exemplo sugere, em nossa sociedade, os grupos mais interessados na preservação e no fortalecimento

do capitalismo competitivo são os grupos minoritários, que podem mais facilmente se tornar objeto da desconfiança e inimizade da maioria: os negros, os judeus, os estrangeiros, para citar apenas os mais óbvios. No entanto, paradoxalmente, os inimigos do livre mercado — os socialistas e os comunistas — têm sido recrutados de modo desproporcional nesses grupos. Em vez de reconhecerem que a existência do mercado os protegeu das atitudes de seus compatriotas, eles erroneamente atribuem ao mercado a discriminação residual.

O TRATADO DEFINITIVO DO PENSAMENTO ECONÔMICO QUE AINDA HOJE INFLUENCIA POLÍTICAS NO MUNDO TODO.

Como podemos nos beneficiar das promessas do governo e ao mesmo tempo evitar a ameaça que um Estado forte representa para as liberdades individuais? E qual é o papel do governo em uma sociedade livre, que depende principalmente do mercado para organizar a atividade econômica?

Nesta obra clássica, Milton Friedman apresenta o tratado definitivo de sua influente filosofia econômica. Seu principal objetivo é analisar o papel do capitalismo competitivo, que, segundo ele, é condição necessária para a liberdade política. Por isso, Friedman investigou extensivamente os padrões de consumo, a história e a teoria monetária, bem como a complexidade das políticas de estabilização.

Mais de sessenta anos depois da primeira publicação, as abordagens de Friedman – um dos maiores defensores globais da importância dos livres mercados e fundador do que ficou conhecido como Escola de Chicago – continuam sendo um modelo fundamental para o liberalismo e para aqueles que veem a liberdade econômica como condição essencial para a liberdade política.

Esta nova edição inclui os prefácios escritos por Friedman para as edições de 1982 e 2002, assim como uma nova apresentação de Binyamin Appelbaum, principal redator de economia do *New York Times*.